



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

IZIS MELO DA SILVA

Roda de conversa com alunos e alunas bolsistas do Projeto FAPAC de Rio Branco:
o direito das mulheres ao voto

Brasília – DF

2015

IZIS MELO DA SILVA

Roda de conversa com alunos e alunas bolsistas do Projeto FAPAC de Rio Branco:
o direito das mulheres ao voto

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Prof^a. Juliana Crespo Lopes

Brasília – DF

2015

FICHA CATALOGRÁFICA: Sistema de Biblioteca da UnB

SILVA, Izis de Melo.

Roda de conversa com alunos e alunas bolsistas do Projeto FAPAC de Rio Branco: o direito das mulheres ao voto / Izis de Melo da Silva. – Brasília, 2015.

30 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientadora: Prof^a. Juliana Crespo Lopes

1. Direito 2. Mulher 3. Voto

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural da aluna Izis Melo da Silva

Prof. Ms. Juliana Crespo Lopes
Professora-Orientadora

Prof. Dra. Juliana Eugênia Caixeta
Professora-Examinadora

Brasília, 14 de novembro de 2015

RESUMO

Este trabalho visa apresentar as condições que grupos de mulheres organizadas tiveram que enfrentar para poderem garantir o direito ao voto feminino, em momentos diferentes, em lugares diferentes, porém com o mesmo objetivo. Para alcançarmos nosso objetivo utilizamos pesquisa em fonte bibliográfica, como também, pesquisa de campo através de um Projeto de Intervenção com jovens, no intuito de saber o que eles, que tem direito ao voto facultativo, pensam com relação a todo esse processo: voto, mulheres e, direitos. E assim, podemos extrair elementos que subsidiem nossa pesquisa, ou seja, falar para um grupo que adquiriu o direito ao voto facultativo sobre um outro grupo que reivindicou o direito ao voto.

Palavras-chave: Direito. Mulher. Voto.

LISTA DE SIGLAS

C.A.-Centro Acadêmico

CEDHCD-Coordenação de Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade

ECA-Estatuto da Criança e Adolescente

ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio

FAPAC-Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Acre

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PL-Projeto de Lei

SEE-Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Acre

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 1.1 Contextualização | 6 |
| 1.2 Formulação do Problema..... | 6 |
| 1.3 Objetivo Geral..... | 7 |
| 1.4 Objetivos Específicos..... | 7 |
| 1.5 Justificativa | 7 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 8 |
| 2.1 A mulher e a política | 8 |
| 2.2 O Jovem e o Direito ao Voto | 11 |
| 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA | 14 |
| 3.1 Caracterização do Projeto..... | 14 |
| 3.2 Participantes do Estudo | 14 |
| 3.3 Procedimentos de Coleta de Análise de Dados | 15 |
| 4 DISCUSSÕES E RESULTADOS | 16 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 19 |
| 6 REFERÊNCIAS | <u>21</u> 20 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No Brasil vivemos um regime democrático que elege através do voto direto do/da cidadão/cidadã seus/suas representantes legais para exercerem mandatos e criarem, proporem políticas públicas em prol da população. Ocorre que nem sempre foi assim, nem sempre foi uma democracia e nem sempre: jovens, mulheres, trabalhadores e outras classes puderam votar e serem votadas.

Considerando que vivemos em uma sociedade de origem patriarcal, não seria redundante afirmar que neste modelo os homens tomam as principais e mais importantes decisões no grupo, educação, comportamento, religião, política. Assim, este modelo de sociedade não dará abertura para nenhum outro segmento disputar espaço com aquele que está no comando.

Para o movimento de mulheres, ocupar espaços que até então não eram ocupado por elas representa não só uma conquista política, como também, uma conquista universal, mesmo que esta não alcance todo o mundo, mas elas são sabedoras que este deve ser um exemplo seguido e que influenciam outras mulheres em qualquer lugar do planeta.

1.2 Formulação do Problema

Esta pesquisa nasce da identificação do número reduzido de mulheres no parlamento, o que sabemos não ser uma novidade. Porém, pouco vemos esse tema repercutir nos espaços de discussão mais populares como mídia aberta, redes sociais, nos partidos políticos e até mesmo nas organizações de mulheres que deveriam ser as maiores interessadas. Temos projetos que discutem e intencionam o aumento do percentual de participação da mulher para os cargos eletivos, mas o quanto sabemos disso? Como a sociedade está agindo para modificar essa situação? O quanto os/as jovens, futuros eleitores, estão se mobilizando e se posicionando?

1.3 Objetivo Geral

Discutir com alunas e alunos do Projeto FAPAC a presença da mulher no espaço legislativo.

1.4 Objetivos Específicos

Instigar o interesse do público-alvo para a discussão da mulher na vida pública

Discutir com os alunos e alunas a situação da mulher e como se dá o acesso ao legislativo

1.5 Justificativa

A participação das mulheres em espaços de decisão, historicamente, foi conquistada com muito esforço e reivindicações. Hoje no século XXI, podemos votar e sermos votadas, mas esta condição apresenta disparidades alarmantes. No Brasil as mulheres representam 52% da população, sendo que, segundo o Mapa Mulheres na Política 2015, de 188 países, ocupamos o 124º lugar no ranking. Em relação à igualdade de gênero e à participação de mulheres na vida pública, ficando atrás de países árabes e africanos. Na América Latina, o Brasil está a frente apenas do Haiti. Na América do Sul, o Brasil é o último em termos de representação feminina.

Isto demonstra o quanto precisamos avançar nessa representatividade. O Projeto Mais Mulheres na Política, propõe que o percentual de mulheres passe de 10% para 30% ocupando cargos no legislativo. Lembrando que a lei que garante 10% é de 1997, sendo que passou por algumas alterações.

Esta é nossa realidade em dados, somando estes à realidade do Estado do Acre, pretendemos através desta pesquisa apresentar aos/às alunos(as) da Rede Pública que está prestes a iniciar a cidadania através do voto, enquanto eleitor(a). Para assim chamar a atenção para este debate deste público que logo estará com o poder de decisão de eleger parlamentares, seja homem ou mulher.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho tem como proposta apresentar a uma turma de jovens a situação da mulher e sua trajetória quanto ao acesso ao legislativo no Brasil. Esta pesquisa nasce da identificação do número reduzido de mulheres no parlamento, o que sabemos não ser uma novidade. Porém, pouco vemos esse tema repercutir nos espaços de discussão mais populares como mídia aberta, redes sociais, nos partidos políticos e até mesmo nas organizações de mulheres que deveriam ser as maiores interessadas. Temos projetos que discutem e intencionam o aumento do percentual de participação da mulher para os cargos eletivos, mas quanto sabemos disso, como podemos nos informar, qual estágio se encontra?

Este tema nos apresenta um desafio para além da discussão de gênero, que é a precariedade de publicações encontradas sobre o assunto. Livros específicos são raros, o que mais encontramos são organizações de artigos, que é o material que mais utilizaremos neste trabalho. Utilizaremos autoras e autores que tratam diretamente ou tangencialmente da discussão. Dentre as autoras e autores temos algumas/alguns que discutem gênero feminino no como Cléa Paixão, Teresa Cristina de N. Marques, Miriam Pillar Grossi, Sônia Malheiros, como autoras e autores que discutem jovens, juventudes Luis Carlos Gil Estves, Miriam Abramovay, Juarez Dayrell, Mary Garcia Castro, Augusto Vasconcelos. Além de utilizarmos pesquisas, dados e outros indicadores que possam nos subsidiar no trabalho.

2.1 A mulher e a política

Pesquisar o universo feminino e suas interfaces é uma aventura, são várias as vertentes, entradas e saídas que se entrelaçam até chegarmos em sua origem. Origem de ordem machista/patriarcal que está escrito em muitas sociedades, em outras está explícito na cultura e comportamento as regras que as mulheres devem seguir, sem questionar, principal critério para que estes grupos vivam em harmonia, o silêncio e passividade da mulher.

São muitos os espaços que a mulher precisa travar embates para poder acessar, os termos utilizados não só parecem belicosos como os são. Na história da humanidade, para que a mulher pudesse sair do loco a ela predestinado foi

necessário não somente sutiãs queimados¹, mas muitas e muitas vidas, esforços, abdição para alcançarem conquistas que mudaram não só suas cidades, países, mas o mundo. Se hoje temos direito a educação, trabalharem fora do âmbito doméstico, divorciar, votar e tantos outros direitos, não foi aleatoriamente nem por um grupo de homens que entendeu que eram merecedoras de tal atitude. Todo e qualquer direito conquistado foi por iniciativa, proposição e reivindicação de mulheres, é verdade que alguns poucos homens apoiam, mas a iniciativa sempre é de mulheres para mulheres.

A participação política da mulher é tão antiga quanto a do homem, sendo que sua atuação está sempre em um patamar secundário, Paixão (2012, p.139) afirma que “ao analisar o contexto bíblico como base, vemos que a influência da mulher na política acontece desde os tempos antigos, a.C. Débora, era conhecida a mãe de Israel, a profetisa, a juíza”, seu cargo equivalia ao de uma rainha ou presidenta.

No mundo para participar da vida pública foram necessárias várias ações reivindicando o direito ao voto, quanto a ser votada, as fontes não citam tanto, porém nem sempre o direito a votar garantia o direito a ser votada.

No Brasil a atuação da mulher nestes espaços não é diferente de outros países uma vez que, segundo Marques (apud BRASIL, 2009, p.439) “na sociedade luso-brasileira, a relação de gênero foi marcada pela profunda diferença no tratamento entre os sexos, sempre no sentido de reduzir a mulher à condição de inferioridade na ordem patriarcal”.

Assim, será longa trajetória da brasileira para chegar a votar e ser votada, pois “os positivistas defendiam a elevação cultural da mulher como forma de se garantir a inteireza moral dos filhos, sem, contudo, admitir a participação da mulher no mundo público” Marques (ibidem, p.443).

As manifestações não eram somente por parte das mulheres, e nem somente em seu favor. Pronunciamentos como o do jurista Assis Brasil, datados de 1893, demonstram como era temeroso a ideia do sufrágio feminino e como a sociedade machista não se intimidaria em se pronunciar “no Brasil, onde a mulher

¹ Protesto criticando o concurso de Miss América, em 1968, Atlantic City. A queima foi simbólica, com exposição de sutiãs, maquiagens, sapatos de saltos e outros objetos que são largamente utilizados neste tipo de concurso.

ainda não tem competência para imiscuir-se em eleições, o sufrágio deve ser realmente universal, mas só para os homens” Marques (ibidem, 2009, p.451)

Mesmo com um discurso conservador, o jurista não deixa de reconhecer que não tardará para o movimento feminista alcançar seus objetivos “com o tempo, chegaria o momento em que a educação feminista se difundiria de tal forma que a exclusão das mulheres do exercício do voto não mais se justificaria” Marques (apud MEC, 2009, p.451). É importante observar que estamos falando somente de mulheres, sendo que o não direito a votar não se limitava a elas, neste grupo estavam também os analfabetos, militares de patente inferior, negros, índios e trabalhadores agrícolas.

Sobre o receio do jurista Assis Brasil, eis que o momento acontece, em meio a muitas tentativas e retrocessos, uma persistente atuação do Movimento Sufragista², em 1932 é garantido às mulheres o direito ao voto. Sendo que este direito não seria dado a todas as mulheres. Só poderiam votar as mulheres casadas, viúvas e que tivessem renda estabelecida em um valor estipulado. Isto significa que o percentual de mulheres que poderia votar em relação ao universo existente era um número bem reduzido. Tendo ainda que nos lembrar das mulheres negras e indígenas, em um país racista, passados apenas 46 anos da abolição da escravidão, não estranha uma lei que não permitisse o voto da mulher negra duplamente, uma por ser negra e outra por ser mulher, sem ser casada no civil e religioso e, muito menos com renda comprovada.

Passados 83 anos, podemos perceber que tivemos avanços, porém há muito que se conquistar, desmistificar em torno da mulher no legislativo. No Brasil estamos vivendo a gestão da primeira mulher na Presidência da República, juntamente a um momento de crise econômica e política. A relação que se tem feito da crise pelo fato de ser uma mulher na presidência é machista, grosseira, porém demonstra e reforça o quanto somos atacadas quando insistimos em ocupar espaços tidos exclusivamente como masculinos.

Em 1932 houve uma grande conquista, mas não podemos crer que foi suficiente e nem que, na conjuntura conservadora pelo qual passamos atualmente,

² Movimento organizado de mulheres intelectuais que sustentaram as discussões para a garantia do voto à mulher no Brasil.

não é impossível que tenhamos um Projeto de Lei-PL que proponha a retirada do nosso direito a votar e ser votada.

Garantir o direito ao voto feminino e a possibilidade de candidatar-se não garante que a quantidade de mulheres seja expressiva no parlamento. No Brasil segundo o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, as mulheres representam um percentual de 51% da população brasileira. Nem por isto essa quantidade se reveste em votos para as candidatas ao pleito eleitoral.

Outro aspecto que dificulta a chegada da mulher ao parlamento é o formato que os partidos políticos dispõem. Uma vez liderados por homens, não estranha que eles não facilitem o acesso da mulher a esse poder. Os partidos integram as mulheres como elegíveis no formato de cotas, segundo a Lei 12.034/09 os partidos são obrigados a preencherem as vagas de candidatos e candidatas com um mínimo de 30% e máximo de 70% de cada sexo. Ocorre que, mesmo com esta lei obrigatória para todos os partidos, isto não reflete em uma real paridade de gênero ao chegarem às eleições. As formas de impedirem ou dificultarem para as mulheres são várias, já que a maioria dos partidos se preocupa em cumprir a cota, mas não em ver suas candidatas realmente disputando e sendo eleita.

Em alguns casos os nomes passam pelas plenárias partidárias, mas ficam no anonimato, ninguém sabe que a pessoa é candidata. Em outros casos a candidata está disposta a concorrer de fato, mas a ela não é dado o mesmo aparato que é dado aos homens, como: material impresso, combustível, tempo no horário eleitoral de rádio e televisão, dentre outros. Isto sem considerarmos que esta mulher-candidata ainda tem que enfrentar a desigualdade de gênero no âmbito doméstico simultaneamente a sua campanha, pois há depoimentos que aos finais de semana os homens continuam suas campanhas como em qualquer outro dia, já elas precisam dar atenção aos filhos, maridos e os afazeres domésticos continuam lá a sua espera.

2.2 O Jovem e o Direito ao Voto

“pode-se dizer que os jovens vivem na contemporaneidade, numa época de profundas transformações” Abramovay e Esteves (apud MEC, 2009, [p.?](#)).

No Brasil, seguindo o que orienta a UNESCO, é considerada jovem a pessoa que tem entre 15 e 29 anos. Este, assim como outros segmentos demora, na história, a ser considerado sujeito e poder contar com políticas públicas. Dentre o segmento jovem, estão os/as adolescentes que compreende a faixa etária de 12 a 18 anos. No Brasil crianças e adolescentes são amparados legalmente pelo Estatuto da Criança e Adolescente-ECA³, dentre outros. Documento que causa bastante descontentamento por parte da sociedade por considerar que o ECA é um instrumento de formar delinqüente ou que só serve para protegê-los em seus erros. Entendimentos como estes desconsideram tanto a condição de sujeito dos adolescentes quanto seu espaço alcançado na sociedade.

Após ser considerado sujeito, pois segundo Esteves e Abramovay (apud MEC, 2009, p.23) é nesse contexto de enaltecimento da novidade, em que também se difunde uma noção de felicidade diretamente associada a de transformação, que a juventude passa a representar um valor importante. Outro passo importante para o movimento jovem foi adquirir o direito ao voto. Sabemos que em uma democracia que o voto é obrigatório, a obrigatoriedade desperta interesse no maior público eleitoral possível, mesmo que os jovens sejam considerados "incapazes de decidir sobre seus próprios destinos"

A Constituição de 88, também conhecida como constituição cidadã, garante o voto facultativo ao jovem com idade entre 16 e 17 anos, a partir de 18 e 69 anos o voto é obrigatório. O voto do jovem significa um grande avanço para a cidadania deste grupo, significa, dentre outros, que esta nação reconhece e legitima a condição de sujeito deste segmento e sua capacidade de decisão. O que ainda é uma dúvida é como o jovem se vê nesse processo, podemos observar isto no que nos traz Esteves e Abramovay(apud MEC, 2009, p.23) "constata que o pretígio do jovem é recente". Faz-se necessário saber como o jovem se vê nesse processo, há um direito facultativo, ao voto, mas não ha o direito facultativo a ser votado. Se o processo de escolha se der pela proximidade de identidade entre eleitor e candidato, em quem o jovem irá votar, em um país conversador-cristão que busca em seus candidatos a convenção da família tradicional: homem, adulto, heterossexual, branco, alfabetizado, com nivel superior, cristão e casado, com uma mulher é claro. Como esse jovem vai se ver nesse perfil de candidatos, usamos aqui o termo candidato por entendermos que é exatamente este o

³ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

gênero que esperamos da pessoa que pretendemos eleger, que seja um candidato e não uma candidata.

Segundo Castro e Vasconcelos (apud MEC, 2009, p.102) “é comum na literatura sobre juventude a advertência de que são várias as culturas juvenis, *as tribos*, e o cuidado necessário contra generalizações”, considerar a juventude um grupo heterogeneo, que são todos do mesmo jeito, mesmas escolhas é desconsiderar a individualidade do sujeito e isto deve ser considerado também em sua atuação política, seja ela em partidos, grêmios, Centros Acadêmicos-C.A.'s . Neste sentido Castro e Vasconcelos (ibidem, p.104) observa que “ se reconhece que vem crescendo certo desencanto de vários grupos juvenis em relação à política eleitoral e às formas convencionais de participação política”. Quem sabe não esteja na hora de repensar a forma de participação e atuação do/da jovem. O formato vigente permite que o/a jovem participe da vida política votando e ocupando alguns poucos espaços, mesmo com o discurso do protagonismo juvenil, não podemos considerar que este modelo contemple de fato o que o/a jovem almeja. É necessário que tanto este quanto outros segmentos tenham sua política elaborada por eles mesmo, ter política para a juventude, meninos e meninas, pensada por homens não contempla o que quer as juventudes. Pois como diz a letra da música gravada pela banda O Rappa, *Minha Alma*⁴ (A paz que não quero) “[..] pois paz sem voz, paz sem voz, não é paz, é medo”

⁴ Letra de Marcelo Yuka, Xandão, Marcelo Falcão, Marcelo Lobato e Lauro Farias.

Disponível em < <http://musica.com.br/artistas/o-rappa/m/minha-alma/letra.html>>

Acesso em < 26 out 2015>

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo⁵ que buscou estimular a reflexão de adolescentes através de uma roda de conversa.

3.1 Caracterização do Projeto

Os adolescentes que participaram do Projeto de Intervenção são bolsistas de um projeto desenvolvido pela Coordenação de Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade-CEDHCD da Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Acre-SEE, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Ace-FAPAC.

O projeto do qual os/as jovens participam propõe que eles/elas aprendam e ensinem o Jogo Mancala⁶, como proposição para a implementação no sistema público de educação da Lei 10.639/03⁷.

Os/as jovens tem várias atribuições, depois que aprenderem o jogo, eles/elas devem desenvolver um projeto em suas respectivas escolas. Além disto, eles estarão sendo convidados a participarem de debates, palestras, seminários, não só ligados a questão racial, mas qualquer discussão social que seja possível.

3.2 Participantes do Estudo

Os adolescentes que participaram deste projeto são todos de 2 escolas públicas de Rio Branco⁸. Sendo que uma fica localizada em um bairro periférico e outra na Zona Rural da cidade. Eles têm realidades econômicas parecidas e realidades sociais distintas. São todos desprendidos, alguns falam mais, outros mais retraídos, mas o fato é que eles e elas estão sempre dispostos a participarem do que propomos. Eles e elas recebem uma bolsa de incentivo no valor de R\$ 100,00, mas não vemos este como o principal motivo da disposição em participarem do projeto.

⁵ Pesquisa qualitativa tem um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão. Os dados, em vez de serem tabulados, são retratados por meio de relatórios, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado.

⁶ Jogo milenar de origem africana;

⁷ A lei preconiza que seja incluído no currículo escolar a contribuição dos africanos e afro-brasileiros na formação do Brasil;

⁸ Capital do Estado do Acre.

O projeto abrange um total de 8 adolescentes, 3 meninas e 5 meninos. Sendo que no dia da atividade de intervenção compareceram 5 adolescentes, sendo 2 meninas e 3 meninos.

O interesse em trabalhar com adolescentes com idade para o voto facultativo se deu por estarmos vivendo uma crise econômica e política, estarmos na gestão da primeira presidenta da República na história do país. Gostaríamos de ouvir, ler da parte deles e delas o que pensam sobre, como fazem essa leitura. Entendemos como importante saber qual a interpretação deste segmento sobre o voto, sobre a possibilidade de homens e mulheres poderem se candidatar para cargos eletivos, mas, principalmente, o que pensam sobre mulheres no Poder Legislativo.

3.3 Procedimentos de Coleta de Análise de Dados

A metodologia utilizada na intervenção foi o formato de roda de conversa, preparamos uma atividade de 2h, que é o tempo de atividade presencial semanal do projeto, iniciamos com uma explanação, fazendo uma comparação com profissões, em quais eles percebiam a mulher e homem atuando, em quais somente homens e em quais somente mulheres. A partir daí explicava o porquê dessa ocupação, ou não, em determinados espaços por homens e mulheres. Discutimos um pouco mais a necessidade e importância da escolaridade para a ascensão profissional.

Então falamos sobre o direito ao voto, o histórico do processo até que se chegue em 1932, fornecemos dados e ouvimos o grupo para que expusessem sua opinião.

Ao final pedimos que, individualmente, eles escolhessem três pontos da conversa que mais lhes chamou a atenção, justificassem e entregassem para, assim, termos elementos para tirarmos as conclusões para sabermos se, mesmo breve, a intervenção tenha oportunizado elementos novos e reflexão para eles e elas.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Pudemos observar no registro individual deles e delas, que houve uma unanimidade na observação de como a mulher ocupa lugares de pouco prestígio.

O comando era: diante do exposto aponte 3 itens que mais lhe chamaram a atenção. Justifique.

Vamos identifica-las(os) como Aluna A⁹, Aluno B¹⁰ e Aluno C¹¹.

Aluna A - está no Ensino Médio, apresentou-se tímida, fala mansa, mas registra muito bem a impressão que teve da oficina. O registro dela diz o seguinte:

-Os cargos políticos em que as mulheres quase não ocupam e não são apoiadas quando chegam a se candidatar.

-A luta que vem sendo tida por mulheres que estão em busca de seus direitos, e o que estão vindo a ser conquistado com o passar dos anos. O espaço que estamos buscando para ter.

A fala desta aluna é muito significativa, já que ela não sabia dessas disparidades entre homens e mulheres, em uma fala de 2h ela capta a ideia e, além disto, no primeiro ponto ela trata as mulheres como 2ª pessoa, já na frente ela se insere e usa o verbo na 3ª pessoa, ou seja, a partir dali ela também está, também já é uma mulher.

O Aluno B elabora sua escrita a partir da representação da mulher no mercado de trabalho e como esta vem conquistando maior espaço, ascendendo profissionalmente, inclusive, no campo da política.

-Os itens que me chamaram atenção foi que, com o passar do tempo, a mulher em todos os lugares e profissões e etc, vem ganhando seu espaço, mas sempre é mais desvalorizada que o homem.

-Outro item que me chamou atenção é que com o passar também dos anos, a mulher cresce mais dentro da política, e isso pode ser uma saída para que as mulheres tenham a mesma valorização que os homens.

⁹ J., está no 2º ano do Ensino Médio;

¹⁰ W., 15 anos, está no 9º ano do Ensino Fundamental;

¹¹ C., 14 anos, está no 9º do Ensino Fundamental.

O Aluno C foi participativo e dinâmico, porém com um olhar distinto dos demais colegas, posicionou-se sempre com colocações que reforçam o machismo. Seu registro demonstra isto.

-Mulheres na política porque mulher na política não dá muito certo ela não tem um pensamento como deve administrar um país. As profissões das mulheres são mais interna porque elas sabem trabalhar com limpeza de casa, trabalha com criança e o homem é externo porque o homem é melhor para trabalhar com trabalhos mais pesados e acho que sempre o homem vai ser melhor que a mulher.

A partir da atividade de intervenção realizada com jovens do Projeto Mancala, podemos registrar que, assim como em outras gerações, mesmo esta aparenta ser mais politizada, ter mais acesso às informações, principalmente por serem jovens da geração Z¹². Estes e estas jovens vivenciam a realidade que a mídia senso comum veicula. Eles e elas não tinham a percepção de que homens e mulheres ocupam espaços diferentes e desempenham funções distintas, tanto no âmbito público quanto no privado. E que ao analisarmos esses espaços observamos que os homens ocupam aqueles de maior prestígio junto à sociedade e que exigem maior escolaridade. Ao contrário, a mulher ocupa o espaço de menor prestígio social e que não exige tanta escolaridade e, em alguns casos, nenhuma. Ou seja, o homem assume as funções públicas, que falam, aparecem e se projetam publicamente e tomam decisões. A mulher, ao contrário, assume as funções domésticas, que não precisam falar, estudar, nem tampouco tomar decisões, geralmente funções que tenham similaridade com a maternidade, o cuidar, professora, babá, enfermeira. Considerando o que utilizamos a partir do referencial teórico proposto, a discussão só confirma o que os/as autores(as) apresentam. A forma como o/a jovem se coloca enquanto recém-sujeito, com direito a políticas públicas, espaço na sociedade de voz e voto. A forma como a sociedade adultocêntrica trata essa juventude.

Outro ponto a considerar sobre os/as autores (as), a proposta e os jovens é que, mesmo que eles e elas soubessem pouco sobre o tema, observamos como em suas percepções, mesmo frágeis, alcançam conclusões, tal qual os/as acadêmicas, claro que cada qual em seu nível de aprofundamento, interesse, pesquisa e etc.

¹² Nascidos a partir da década de 80.

Nisto o grupo ficou mais atento e refletindo como não percebiam essa representatividade, foi perguntado a eles e elas se desempenham funções domésticas, afirmaram que sim, inclusive os meninos. Aos poucos vamos percebendo que discutir gênero nos diferentes grupos e com diferentes gerações tem resultado positivo e retorno para a sociedade. Considerando o que Dayrell (apud MEC, 2007, p.159) coloca: sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de seios e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, também sujeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oferecer a jovens que podem votar, mas que não são obrigados(as), que estão mais preocupadas(os) com a última mensagem do *Whatsapp*¹³ que chegou sobre o(a) ídolo delas(es) do que com a crise econômica ou com um (im)provável impeachment da Presidenta Dilma, é desafiador, principalmente, por ser um tema que, possivelmente, elas e eles não estejam tão interessadas(os) em ouvir, quanto estamos em falar.

Mesmo assim, foi possível e produtiva a Roda de Conversa sobre Mulheres na Política para a turma do Projeto FAPAC. Independente dos posicionamentos, colocações pejorativas e com tom de deboche, é necessário ouvir essa geração, o que pensam e como podemos apresenta-las(los) a assuntos e temas necessários tanto para nosso cotidiano doméstico quanto para nossa vida acadêmica.

Saber sobre a história e evolução do acesso das mulheres a espaços relegados exclusivamente a homens é uma oportunidade que a educação básica, infelizmente, ainda não nos oferece. Vez ou outra uma professora ousa em apresentar a história como ela realmente é. O que nem sempre é visto com bons olhos nem pela gestão da escola, nem pelos pais e mães e nem por muitas(os) alunas(os).

Contudo, este grupo, independente da postura que identificamos nos registros, ouviu e discutiu atentamente cada ponto apresentado e concordou com a ideia de que a sociedade marca os espaços de poder e que este formato garante a ocupação desses por homens. E que se faz necessário que os movimentos organizados de mulheres se organizem cada vez mais para se fortalecerem e se reiventarem diante dos desafios que é a assimetria de gênero, tão marcante e tão cara às mulheres.

Além da oportunidade do debate e da contrapartida do grupo, em estarem se colocando, expondo suas opiniões, mesmo com o reduzido número de participantes, fomos além do objetivo da atividade, pois tivemos relatos de quem prestou o ENEM e utilizou algumas informações passadas na intervenção em favor da elaboração da redação cujo a temática foi A Persistência da Violência Contra a

¹³ Aplicativo de mensagens que permite comunicação gratuita.

Mulher. Mesmo o tema da intervenção ser a presença da mulher na política, não poderíamos de fazer observações com relação a violência explícita e implícita rotineira em nosso cotidiano.

O que este curso oportunizou é louvável, é implementação de políticas públicas de direitos humanos nas escolas, para crianças e adolescentes.

|

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Olhares Feministas**. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007 a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Juventudes e Contemporaneidade**. Coleção Educação para Todos. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007_b.

BRASIL. **Mulheres são maioria da população e ocupam mais espaço no mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 20 out 2015 a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil tem mais mulheres**. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/voce-sabia/curiosidades/brasil-tem-mais-mulheres.html>>. Acesso em: 20 out 2015_b;

HEILBORN, Maria Luiza; ARAÚJO, Leila e BARRETO, Andreia. **Gestão de Políticas em Gênero e Raça**. GPP-GeR: módulo II. Rio de Janeiro: CESPEC; Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2010;

PAIXÃO, Cléa. **A influência da mulher no mundo: família, religião e sociedade. Brasília**. Editora Exitum, 2012;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Poder e Participação Política**. s. d. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica>>. Acesso em: 20 out 2015;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Estatuto da Criança e Adolescente-ECA**. s. d. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 17 out 2015.